

Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super- Exploitation And Capitalism's Final Crisis

JOHN SMITH

Nova York: Monthly Review Press, 2016. 382p.

*Angelita Matos Souza**

O livro de John Smith constitui leitura obrigatória no debate sobre imperialismo neste início de século, pela sua dimensão teórica – mesmo que se discorde da centralidade da ideia de superexploração – e pela rica pesquisa para o entendimento das mudanças na divisão internacional do trabalho. Outro aspecto relevante é a denúncia das condições de trabalho em países do Sul global. A exposição inicia pelo desabamento do Rana Plaza em 2013, edifício em Bangladesh onde funcionavam fábricas fornecedoras ligadas a grifes internacionais de roupas, tragédia responsável pela morte de mais de mil trabalhadores, dos quais a maioria era composta de mulheres.

Para Smith, a transferência de produção industrial para países do Sul, via subcontratações, seria o acontecimento mais importante das últimas décadas, pois associaria em definitivo imperialismo e superexploração do trabalho. Produto da competição capitalista internacional, o deslocamento produtivo é apreendido como saída para a crise de superprodução dos anos 1970, ao permitir aos capitalistas do Norte escaparem dos salários relativamente altos nos seus Estados de origem, rumo ao Sul global, onde hoje se concentraria mais de 80% da mão de obra fabril do mundo. Notadamente, esse movimento pode ser percebido nos países carentes de recursos primários, tornados dependentes das exportações de

* Professora da Unesp (câmpus Rio Claro). E-mail: angelitams2010@gmail.com.

produtos industrializados. Tais países seguem pobres, não havendo motivos para se apostar no desenvolvimento, pois a função dessas *novas economias industriais* no sistema capitalista mundial seria a de produzir valor apropriado pelas economias dominantes.

Se a leitura for orientada pela indagação sobre a resiliência do capitalismo, a explicação principal se encontra no imperialismo como *política* de exploração da força de trabalho do Sul, por meio da “arbitragem laboral global” favorável ao capital do Norte. Ao autor interessa fundamentalmente a articulação entre transnacionais e braços/provedores locais (*arm's-length outsourcing*), não os investimentos diretos e as relações matrizes-filiais. Ele distingue os níveis da concorrência internacional: entre as grandes corporações, a empurrar para o deslocamento produtivo; e entre países periféricos, pelo fornecimento de mão de obra barata, sem disputas de mercados entre transnacionais e provedores do Sul, cuja relação, embora bastante desigual, seria basicamente de complementaridade.

Além do corte de gastos com instalações fabris, força de trabalho e mesmo com investimentos em novas tecnologias, outra vantagem dos “fornecedores independentes” reside no menor envolvimento direto nos processos produtivos. A transferência da produção de baixo valor agregado para braços locais implica a responsabilidade pelos riscos comerciais, salários infames, combate aos sindicatos, demissões e danos ao meio ambiente. Por essa via, inclusive, se liberaria *capital não exportado* para os investimentos financeiros-especulativos e, se entendemos bem, a superexploração do trabalho passaria assim à dianteira na definição do imperialismo.

A noção de superexploração é retomada da Teoria Marxista da Dependência (TMD) que, segundo Smith, é a primeira e última abordagem do sistema capitalista mundial a partir da teoria do valor em Marx, razão pela qual permaneceria referencial para a teoria do imperialismo. Na esteira da TMD, o autor vai contestar a explicação das diferenças salariais globais pelo argumento da produtividade – as causas estariam sobremaneira relacionadas às estratégias de sobrevivência das transnacionais. No caso em estudo, essas diferenças salariais se explicariam pelo fato de a produção industrial se dar em países de salários abaixo do valor de reprodução da força de trabalho; ou seja, a terceira forma de exploração indicada por Marx, além da mais-valia absoluta e relativa.

A combinação das três formas de exploração descreveria o capitalismo atual no Sul, sob domínio da superexploração, e no Norte, ainda com a extração de mais-valia relativa. Apesar das restrições à imigração, já existiria quantidade suficiente de trabalhadores para ser submetida aos salários abaixo do valor da força de trabalho nas nações desenvolvidas. Assim, seriam as taxas de lucros e o bem-estar dos cidadãos no Norte garantidos maiormente a partir do Sul, desde fora (subcontratações e IDE) ou no próprio mundo imperialista. *Alternativa* essa acompanhada de desindustrialização, acirramento das tendências parasitárias e desequilíbrios globais do sistema capitalista.

Como desfecho, a crise internacional desde 2008 expressaria o esgotamento da *saída* imperialista para o capitalismo, em face do qual não caberia uma nova versão de reformismo keynesiano. No horizonte, há apenas duas possibilidades: socialismo ou barbárie. Smith deposita esperanças na primeira, dado o crescimento da classe obreira com a inclusão recente de trabalhadores do Sul no sistema capitalista global, sem falar no afluxo de mulheres ao mercado de trabalho em todo o mundo. Esses são os fatos cruciais da era neoliberal porque, se por um lado ajudou a tirar o sistema do buraco em que se encontrava nos anos 1970, por outro construiu uma força social capaz de abraçar “a missão e o destino” de enterrar o capitalismo.

A leitura suscita muitas questões/objeções. Concluiremos com algumas, em um exercício que não deixa de ser presunçoso em vista da qualidade da obra. Em primeiro lugar, a noção de superexploração do trabalho, controversa na TMD, trazida para o centro da teoria do imperialismo, nos parece mais problemática. A lista das nações dependentes contempla a prevalência da *mais-valia* relativa, com salários menores em termos internacionais, porém não abaixo do valor da força de trabalho. Já na teoria do imperialismo, como proposta por Smith, a superexploração aparece largamente como *estratégia* derivada da dinâmica concorrencial mundial. Isto é, a superexploração do trabalho não seria uma constante nas situações de dependência ou na configuração do imperialismo, portanto não deveria compor o *core* de nenhuma das teorias.

Em segundo lugar, diante da denominada quarta revolução industrial, diríamos que o aumento do desemprego está posto, independentemente das formas de exploração dominantes na periferia, e novas ondas de reformismo não estão de antemão descartadas, mormente nos países centrais, a depender da intensidade dos conflitos sociais vindouros. Sem duvidar da relevância do fenômeno estudado, acreditamos que diferenças no desenvolvimento das forças produtivas importam mais na reflexão sobre crise final do capitalismo, bem como acerca de disparidades salariais globais. Nesse terreno, o par *mais-valia relativa e produtividade*, componente basal nas críticas à tese dos trabalhadores como mais explorados na periferia, foi rebatido a partir do que o autor denomina de a “ilusão do PIB” (ideia-chave na análise), que ocultaria a porção apropriada do Sul e relacionaria, de modo equivocado, salários com produtividade.

Trata-se, nesse livro, de uma leitura um tanto unilateral e não muito inovadora com relação ao debate em torno da TMD, não obstante a interessante discussão teórica a respeito da teoria do valor em Marx, teoria do imperialismo em Lênin e retomada do enfoque dependentista. Para nós, a ênfase no elemento econômico-laboral acabou por inverter determinações na caracterização do imperialismo no século XXI, desde o final do XIX essencialmente identificado ao domínio do capital financeiro (a variável independente). Enfim, se a esperança de transformação social vem do Sul não sabemos, mas a elevação dos salários na China tem levado esperança de *outsourcing* aos Estados dependentes.